



ESCOLA DE GOVERNO NO MUNICÍPIO DE BERTIOGA. PESQUISA COM SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Paulo Antonio Rufino de Andrade¹

Joel Oliveira Gomes²

José Luís Bizelli³

RESUMO: Verifica-se que a questão da formação continuada para o trabalho, em especial destaque, no que fiz respeito ao desenvolvimento profissional no setor público, bem como a melhoria dos serviços oferecidos à população, tem ganhado destaque, especialmente em um contexto em que as demandas sociais e administrativas estão em constante evolução. Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo discutir a proposta de criação de uma Escola de Governo visa equipar os servidores com as competências e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios contemporâneos da gestão pública. Para tanto, é realizada pesquisa baseada em uma metodologia qualitativa/quantitativa exploratória, com amostra juntamente com servidores do município. A pesquisa analisou 66 questionários, de servidores de diversos setores do Serviço público Municipal. A pesquisa resultou na identificação de que existe relevante interesse dos servidores em participarem de programas de educação continuada em diversas áreas, apontando, porém, a ausência de programas institucionais que garantam tal formação no âmbito do Município de Bertiooga. A partir deste panorama, este estudo propõe contribuições para o desenvolvimento da Escola de Governo de Bertiooga, oferecendo “insights” para a implementação de programas de formação que atendam às reais necessidades dos servidores, promovendo um ambiente de trabalho mais capacitado e eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Escola de governo, educação continuada, políticas públicas.

SCHOOL OF GOVERNMENT IN THE MUNICIPALITY OF BERTIOGA. RESEARCH WITH PUBLIC SERVANTS OF THE EXECUTIVE AND LEGISLATIVE BRANCHES

ABSTRACT: It appears that the issue of continued training for work, particularly in what concerns professional development in the public sector, as well as the improvement of services offered to the population, has gained prominence, especially in a context where social and administrative demands are constantly evolving. In this context, this article aims to discuss the proposal to create a School of Government aimed at equipping civil servants with

¹ Pós Doutorando em Educação. Doutor em Direito Ambiental Internacional, Mestre em Direitos Difusos e Especialista em Psicologia do Ensino, com ênfase em VD Contra Crianças e Adolescentes. Diretor e Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Bertiooga.

² Engenheiro Civil. Mestre em Administração de Empresas. Especialista em Supervisão Escolar. Graduado em Ciências Militares. Especialista em artilharia. Mestre em Ciências Militares. Professor universitário na FABE

³ Professor Associado da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Campus de Araraquara (FCLAr). Arquiteto pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Livre Docente em Gestão de Políticas Públicas da FCLAr.



the skills and knowledge necessary to face the contemporary challenges of public management. To this end, research is carried out based on an exploratory qualitative/quantitative methodology, with a sample of municipal employees. The research analyzed 66 questionnaires, from employees from different sectors of the Municipal Public Service. The research resulted in the identification that there is a relevant interest among employees in participating in continuing education programs in various areas, pointing out, however, the absence of institutional programs that guarantee such training within the scope of the Municipality of Bertioiga. From this panorama, this study proposes contributions to the development of the Bertioiga School of Government, offering “insights” for the implementation of training programs that meet the real needs of employees, promoting a more capable and effective work environment.

KEYWORDS: School of government, continuing education, public policies.

INTRODUÇÃO

A formação continuada é fundamental para o desenvolvimento profissional e a melhoria dos serviços públicos, especialmente em um contexto em que as demandas sociais e administrativas estão em constante evolução.

No Município de Bertioiga, a proposta de criação de uma Escola de Governo visa equipar os servidores com as competências e conhecimentos necessários para enfrentar os desafios contemporâneos da gestão pública.

Com o intuito de compreender as expectativas e as necessidades dos servidores, foi realizada uma pesquisa de campo, cujo objetivo principal foi coletar informações por meio de um questionário. Este levantamento visou identificar as principais demandas dos servidores em relação ao que esperam dessa nova instituição de ensino.

Dos aproximadamente 2000 servidores ativos, 66 participaram da pesquisa, o que representa uma amostragem intencional que, embora limitada, busca garantir a diversidade de opiniões e a representatividade de diferentes departamentos e funções dentro da administração municipal.

Os dados coletados serão analisados com rigor, utilizando um critério de amostragem que considere a adequação das respostas e a representatividade das diferentes áreas de atuação, assegurando, assim, a confiabilidade dos resultados.

Este estudo não apenas contribuirá para o desenvolvimento da Escola de Governo de Bertioiga, mas também proporcionará insights valiosos para a implementação de programas de



formação que atendam às reais necessidades dos servidores, promovendo um ambiente de trabalho mais capacitado e eficaz.

A seguir, serão apresentados os métodos utilizados e os principais resultados obtidos na pesquisa, além de um resumo das percepções dos servidores sobre o futuro da formação continuada no município.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 As Escolas de Governo no Brasil

Com a evolução da administração pública e a grande necessidade de formação continuada dos servidores públicos, em busca da profissionalização, tendo em vista os novos cenários da sociedade, o Brasil foi buscar nas experiências internacionais, de escola de governo, para assim sistematizar as formações iniciais e as formações continuadas.

Assim, Brasil (2020) demonstra o esforço iniciado na década de 1940 para estabelecer no país um centro de estudos em administração pública. Com o apoio inicial da ONU, a Fundação Getúlio Vargas foi fundada no Rio de Janeiro em 1944. A primeira Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) foi criada em 1952, também no Rio de Janeiro, com a colaboração de professores americanos focados na capacitação de servidores, principalmente os mais experientes.

Através da trajetória histórica mencionada, a criação de uma organização, seja uma escola ou centro de treinamento, foi proposta duas vezes como uma forma de estabelecer um sistema de recrutamento e treinamento de profissionais para atuar nos níveis mais altos, fortalecendo uma identidade e cultura no serviço público, ou seja, profissionalizando o servidor público.

1.2. O papel institucional das escolas

As Escolas de Governo podem ser divididas em dois principais grupos, conforme Bittencourt (2019) destaca. No primeiro grupo, encontram-se as instituições criadas com o propósito de capacitar profissionais ligados a áreas e carreiras específicas do Estado em diversos níveis. No segundo grupo, estão as instituições que, apesar de atuarem na capacitação do setor público, não são vinculadas a nenhuma carreira específica do Estado.



Essas instituições têm como foco o vasto contingente de servidores em todos os níveis e áreas da burocracia. Portanto, tanto as organizações quanto as pessoas devem estar dispostas a aprender continuamente para reduzir a defasagem entre as competências existentes e as que precisam ser desenvolvidas, devido à dinâmica organizacional.

Segundo Carvalho et al. (2009), o grande desafio das escolas de governo é integrar a gestão da educação ao trabalho com o conceito de competências. Isso implica pensar em como utilizar a ideia de competência para identificar as necessidades de capacitação. Nessa ótica, em um cenário atual, estabelecer parcerias é essencial para a atuação eficaz e eficiente das escolas de governo.

Em 2003, conforme Amaral (2004) relata, a ENAP incentivou a formação da Rede Nacional de Escolas de Governo, uma rede voluntária de conexões, visando explorar a diversidade e articular a complementaridade para aumentar a eficácia das instituições envolvidas na formação e aprimoramento profissional dos servidores públicos das três esferas de governo, apesar das limitações enfrentadas.

É fundamental destacar que para tornar sustentável e validar um programa de formação desse tipo, é crucial considerá-lo como uma política pública, com metas de execução e, principalmente, acompanhamento e avaliação por parte dos gestores. Isso permite que seja organizado e sistemático, avaliado por meio de indicadores quantitativos e qualitativos.

1.3. Educação para a Cidadania: O papel do Gestor Público como Pedagogo da Cidadania.

A proposta de projeto, para a consecução de seus objetivos, se alicerça nas diretrizes traçadas para educação para a cidadania.

Educar para a cidadania, apresenta uma relação com participação social, estando relacionado com a discussão sobre o significado e o conteúdo da própria democracia (Cunha; Duarte; Bizelli, 2015. p. 103)

Trazendo conceitos até o presente momento discutidos mais no âmbito da educação escolar, a Educação a ser oferecida pelo modelo de escola de governo que se propõe, visa proporcionar o direito ao acesso à educação, esta vista como “um bem comum à comunidade política e ao compartilhamento da razão e da ciência”. (Cunha; Duarte; Bizelli, 2015. p. 109)



A educação para o trabalho, deve ser conduzida para que os projetos neste sentido não sejam apenas ofertas de conteúdo, mas parte de um todo, pedagogicamente pensado, para a emancipação dos indivíduos e para as melhores práticas no atendimento do interesse público.

Com base nos referenciais apontados, a presente proposta irá trabalhar com a perspectiva de implantação de escolas de governo no âmbito Municipal, para colocar à disposição da sociedade conhecimento, ciência, pesquisa e inovação, formando profissionais aptos para atender as demandas dos cidadãos brasileiros, a educação corporativa não se fundamenta simplesmente na formação para o trabalho. (Bizelli, 2014)

A proposta, não se limita a reproduzir modelos atuais de escolas, apenas com a atuação de melhorar o desempenho dos funcionários e do Ente Público que a organiza, mas oferecer à sociedade a possibilidade de uma formação continuada e de qualidade para a vida, na construção sólida de valores para a cidadania.

Neste contexto, os administradores, adotam o papel de verdadeiros Pedagogos da Cidadania.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada no artigo foi qualitativa/quantitativa exploratória, fundamentada através de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, desenvolvida a partir de questionário apresentado aos servidores do Município.

Uma pesquisa exploratória é exatamente o que a situação anterior sugere. O objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Ao final de uma pesquisa exploratória, você conhecerá mais sobre aquele assunto, e estará apto a construir hipóteses. Como qualquer exploração, a pesquisa exploratória depende da intuição do explorador (neste caso, da intuição do pesquisador). Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso (Gil, 2008).

O instrumento da pesquisa é baseado no questionário aplicado aos servidores do Município.

No que diz respeito ao questionário, este é definido por Zentgraf (2000), como: um conjunto de perguntas dispostas sequencialmente e elaboradas em função dos objetivos da



pesquisa e das hipóteses ou questões que se investigam. Segundo o tipo de perguntas, os questionários podem ser de perguntas fechadas, de perguntas abertas ou mistas.

Para a amostra, utilizou-se como critério uma amostra probabilística simples, composta de 66 respondentes de diversos bairros representativos do município de Bertioga, diante de uma população de aproximadamente 2000 servidores, conforme portal da transparência de Bertioga (2024). Essa quantidade de respondentes proporcionaram uma amostragem com uma margem de segurança (confiabilidade) de aproximadamente 90% e 6% de erro.

Todos os projetos de pesquisas quantitativas necessitam de cálculo amostral. Para facilitar este processo, realizou-se cálculo para determinar a amostra ou a margem de erro necessária para validar seus parâmetros de pesquisa, valendo-se dos seguintes elementos:

a) População

É o conjunto total de indivíduos ou parâmetros que devem ser investigados. Por exemplo, todos os funcionários de uma empresa; toda a população de uma cidade.

b) Margem de erro

É o índice de variação dos resultados de uma pesquisa. Por exemplo, um erro amostral de 5% indica que o resultado poderá variar cinco pontos percentuais para mais ou para menos em sua pesquisa.

c) Confiabilidade

O nível de confiança representa a probabilidade de uma pesquisa obter os mesmos resultados se outro grupo de indivíduos em uma mesma população fosse entrevistado.

d) Distribuição da população

É o grau de homogeneidade da população, considerando aspectos relevantes tais como nível sociocultural, gênero, idade, entre outros. Por exemplo, uma pesquisa realizada numa cidade inteira requer um tratamento mais heterogêneo que uma pesquisa realizada dentro de uma empresa, onde a população pode estar distribuída de forma mais homogênea. Na prática, quanto menos variada é a população, menor é a amostra necessária.

e) Amostra

Amostra é um subgrupo de indivíduos selecionados dentro de uma população a fim de representar e caracterizar a população total.

Cálculo Amostral realizado:

População = 2000



Erro amostral (%) - 6

Nível de confiança - 90%

Distribuição da população - Mais homogênea (80/20)

Resultado – 66 amostras

Fórmula de cálculo: $n = N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p) / Z^2 \cdot p \cdot (1-p) + e^2 \cdot N - 1$ (n: amostra calculada, N: população, Z: variável normal, p: real probabilidade do evento, e: erro amostral). Baseado em (Santos, 2011)

3. PESQUISA

Inicialmente se procedeu a um exame detalhado dos dados coletados. Esta verificação crítica foi realizada a fim de detectar falhas ou erros, evitando-se informações confusas ou incompletas que pudessem prejudicar o resultado da pesquisa.

Os poucos casos verificados com relação a informações incompletas foram contornados pelo aplicador, e apenas em um caso o questionário foi novamente preenchido pelo cliente.

Os questionários dos respondentes foram codificados em todos os seus itens, e em seguida tabulados, de modo que cada resposta obtida, em termos percentuais, possibilitasse a inter-relação entre elas, bem como para facilitar uma compreensão e interpretação rápidas.

O objetivo da pesquisa foi o de colher a resposta dos Servidores do Município de Bertioxa sobre perspectivas e disponibilidade de Programas de Educação Continuada no Serviço Público de Bertioxa, bem como a relevância, ao ver destes servidores, sobre a Implantação de uma Escola de Governo Municipal.

3.1 Análise da Pesquisa

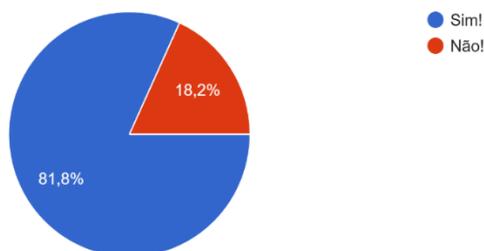
Inicialmente o perfil do munícipe respondente é equilibrado quanto ao sexo, com 54% dos entrevistados sendo homens, e 46% mulheres. Com idade predominante de 18 a 29 anos, 65% e escolaridade mínima com o ensino médio completo. (100%).

Destes 66 respondentes 81,8% já participou de algum curso voltado para o seu desenvolvimento profissional oferecido pela Prefeitura. Se este dado nos chama a atenção, em



especial pela especificidade dos temas apresentados, sendo os principais, cursos de pequena duração, na PMB sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, no BERTPREV muitas participações em congressos e seminários e cursos de pequena duração, ligados ao RPPS, Curso de Licitação e manuseio de sistemas, Nova Lei de Licitações, Cidades Digitais e Inteligentes; Prática em Fiscalização de Posturas; Oficina Índice de Efetividade da Gestão Municipal - Dimensão i-Fiscal; Governos do Futuro; Atendimento Virtual e as vantagens do seu uso estratégico nas prefeituras; Dívida ativa - Estratégias para cobrança; A Importância do Julgamento Tributário em 2ª Instância; Licitação – Imersão Prática na Fase Preparatória. Educação Especial e Inclusiva e Mentoria para diretores pelo MEC, Manejo de pacientes com tuberculose, atualizações da área, controle de infecções.

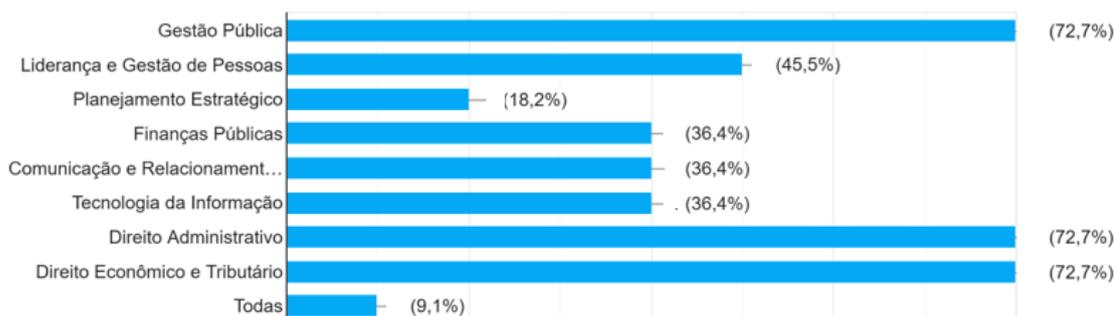
Você já participou de algum curso voltado para o seu desenvolvimento profissional oferecido pela Prefeitura?
11 respostas
66 respostas



Fonte: Os autores.

Quanto às áreas específicas consideradas mais importantes para o desenvolvimento profissional dos entrevistados, temos os seguintes resultados:

Quais áreas específicas você considera mais importantes para o seu desenvolvimento profissional?
(Marque todas as que se aplicam)
66 respostas



Fonte: Os autores



ANÁLISE DAS QUESTÕES

1. Você já participou de algum curso voltado para o seu desenvolvimento profissional oferecido pela Prefeitura?

Sim! 81,8%

Não! 18,2%

2. Se sim, quais os Cursos de Educação Continuada para o Trabalho que você participou?

Cursos de Pequena Duração 88%

Cursos Relacionados ao Direito e Legislações Diversas 12%

3. Quais áreas específicas você considera mais importantes para o seu desenvolvimento profissional? (Marque todas as que se aplicam)

Gestão Pública, Comunicação e Relacionamento Interpessoal – 64% Tecnologia da Informação, Direito Econômico e Tributário – 36%

4. Quais são as principais dificuldades que você enfrenta em seu trabalho cotidiano?

Relações pessoais - 18% Perseguição – 27%

Comunicação ineficaz entre as pessoas – 18%.

Falta de capacitação adequada às demandas de trabalho e de remuneração equivalente ao nível técnico exigido nas rotinas de trabalho – 18%

Gestão de pessoas e volume de trabalho – 9,5%

Questões burocráticas referente ao PDDE, falta de motivação e sentimento de pertença de alguns integrantes da equipe – 9,5%

5. Quais as competências que facilitariam o seu trabalho e que tipo de curso de formação você acha que poderia te ajudar a desenvolver estas habilidades? Trabalho em equipe, automotivação e equilíbrio emocional. - 18,2% Conhecimento técnico, proatividade e comprometimento 18,2%

Pós-graduação em Direito tributário – 27,3%

Capacitação quanto o conhecimento necessário para desenvolver as rotinas de trabalho.

Cursos voltados as rotinas específicas desenvolvidas no setor – 27,3%

CURSOS ESPECIFICOS ATUAIS – 8,97%



6. Que modalidade de cursos melhor atenderia as suas expectativas de formação em serviço? Presenciais

Online

7. Que modalidade de cursos melhor atenderia as suas expectativas de formação em serviço? Presenciais - 27,34%

Online – 36,33%

Híbridos – 36,33%

8. Que temas você gostaria que fossem abordados na Escola de Governo Municipal?

Previdência do servidor; 0,181818182

Gestão de pessoas. Liderança. Cursos técnicos - 0,454545455 Direito administrativo e tributário. Finanças públicas – Tecnologia da Informação - 0,272727273

9. Você tem sugestões de formatos para os cursos (palestras, workshops, seminários etc.)?

Alternadamente online, híbrido e presencial – 45%

Algo mais dinâmico possível, baseado em exemplos e na prática – 27%

Palestras e seminários 18%

10. Como você acredita que a Escola de Governo pode contribuir para a melhoria do serviço público municipal?

- Conhecimento técnico e pessoal
- Reciclagem pessoal e profissional dos servidores
- Na arrecadação de tributos por hora ignorados
- Uma consciência maior da “coisa pública” de que somos apenas gestores/servidores de dinheiro dos contribuintes e a criação de procedimentos mais rígidos de modo que a máquina tenha andamento independente do governo.

11. Você se sente apoiado pela Prefeitura em relação ao seu desenvolvimento profissional?

Sim. – 9%

Não. – 64%



Às vezes. – 27%

12. Quais ações você sugere para melhorar o desenvolvimento profissional dos servidores?

- A Escola de Governo; a implementação de organização e método, para padronizar os serviços, que muitas vezes sabemos que cada servidor executa à sua maneira; a informatização massiva dos trabalhos.
- Adicional de produtividade por resultado

CONCLUSÃO

A pesquisa revela que a maioria dos servidores já participou de cursos voltados ao desenvolvimento profissional oferecidos pela Prefeitura (81,8%), sendo os de pequena duração os mais frequentes (88%). As áreas mais relevantes para a capacitação profissional foram Gestão Pública, Comunicação e Relacionamento Interpessoal (64%), seguidas por Tecnologia da Informação e Direito Econômico e Tributário (36%).

Entre as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano profissional, destacam-se problemas relacionados às relações interpessoais (18%), perseguição (27%) e comunicação ineficaz (18%). Além disso, a falta de capacitação adequada e de remuneração condizente com o nível técnico exigido também aparece como um fator relevante (18%).

Quanto às competências e formações que poderiam facilitar o trabalho dos servidores, as mais citadas foram trabalho em equipe, automotivação e equilíbrio emocional (18,2%), bem como conhecimento técnico, proatividade e comprometimento (18,2%). Além disso, 27,3% dos respondentes indicaram interesse em cursos específicos para rotinas do setor e pós-graduação em Direito Tributário.

Sobre a modalidade de cursos preferida, a maioria opta por formatos híbridos (36,33%) ou online (36,33%), seguidos por presenciais (27,34%). Já os temas de interesse incluem gestão de pessoas, liderança, Direito Administrativo e Tributário, além de Tecnologia da Informação. Em relação aos formatos dos cursos, há uma preferência por modelos mais dinâmicos e práticos (27%), além de palestras e seminários (18%).

Apesar da importância atribuída à capacitação, revela a importância na estruturação e execução da Escola de Governo do âmbito do Município de Bertioga.



REFERÊNCIAS

LIVROS:

CALTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DI PIETRO, M. S. Z. **Manual de Direito Administrativo**. 29. ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 94.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do Estado para a cidadania**. São Paulo: 34, 1998. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/luiz-carlos-bresserpereira/reforma-do-estado-para-a-cidadania/2293596978>. Acesso em: 1 mar. 2024.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social – Métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, José Carlos. **Pesquisa de Marketing – Conceitos e Metodologia**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZENTGRAF, Maria Cecília S. R. **Técnicas de estudo e pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1998.

ARTIGOS E TRABALHOS ACADÊMICOS:

BITTENCOURT, Maryângela Aguiar; ZOUAIN, Deborah Moraes. Escolas de Governo e a Profissionalização do Servidor Público: Estudo dos Casos da Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas – **ESPEA e da Fundação. Inovação & Tecnologia Social**, n. 3, 2020. DOI: 10.47455/2675-0090.2019.1.3.386872. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17013>. Acesso em: 4 fev. 2024.

BIZELLI, J. L.; DARIDO, M. da C. O processo de construção da Unesp Corporativa. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 8, n. 2, p. 513–528, 2014. DOI: 10.21723/riaee.v8i2.6540. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6540>. Acesso em: 27 fev. 2024.

BRASIL, M. N.; DOS SANTOS, K. P. A importância da formação continuada no desempenho dos servidores públicos. **Inovação & Tecnologia Social**, n. 3, 2020. DOI: 10.47455/2675-0090.2019.1.3.386868. Acesso em: 3 mar. 2024.

CAPUANO, Airton. Gestão por competências no setor público: experiências de países avançados e lições para o Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 66, n. 3, p. 371-



394, jul./set. 2015. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/574>. Acesso em: 5 fev. 2024.

CUNHA, M.; DUARTE, C. P.; BIZELLI, J. L. Educação para a cidadania: em busca de um campo de análise (versão eletrônica). In: BIZELLI, José Luís; HEREDERO, Eladio Sebastián; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (Org.). Inclusão e aprendizagem: desafios para a escola em Ibero-América. 1. ed. São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2015. v. 1, p. 103-111. Disponível em: https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/Apoi_oaoEnsino/LaboratorioEditorial/serie-temas-em-educacao-escolar-n23.pdf. Acesso em: 27 fev. 2024.

ARTIGOS EM REVISTAS:

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, v. 21, p. 211-259, 2006.

LOWI, Theodor. American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory. **World Politics**, v. 16, p. 677-715, 1964.

PENTEADO, C. C.; FORTUNATO, I. F. Mídia e políticas públicas: possíveis campos exploratórios. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 87, 2015.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

EVENTOS ACADÊMICOS:

FERNANDES, Ciro Campos Christo. **Escolas de Governo: conceito, origens, tendências e perspectivas para sua institucionalização no Brasil**. In: Painel 09/027 - Escolas de governo, estratégias de capacitação e gestão do conhecimento. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/2015/VIII_Consad/027.pdf. Acesso em: 14 fev. 2024.

GOMES FILHO, Adhemar Bento. O desafio de implementar uma gestão pública transparente. In: **CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA**, 10., 2005, Santiago, Chile. Anais [...]. Santiago, Chile: s.n., 2005.



DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS E RELATÓRIOS:

BRANDÃO, Elisabeth Pazito. **Usos e significados do conceito comunicação pública**. 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/38942022201012711408495905478367291786.pdf>. Acesso em: [data de acesso].

CASTRO, R. B. Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública. In: 30º **Encontro Anpad, 2006**, Salvador, BA. Anais [...]. Salvador: ANPAD, 2006.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Manual de normas da EAP**. Macapá: EAP, 2006.

FONSECA, Diogo Ribeiro da. **Sistemas de Escolas de Governo da União: perfil, identidade e desafios para institucionalização**. Brasília: Enap, 2015. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1758>. Acesso em: 28 fev. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=350635>. Acesso em: nov. 2024.

SANTOS, G. E. O. **Cálculo amostral**. 2011. Disponível em: <https://praticaclinica.com.br/anexos/ccolaborativa-calculo-amostal/ccolaborativa-calculo-amostal.php>. Acesso em: nov. 2024.